

A queda da pobreza no Brasil: mudanças no perfil e nos determinantes na entrada do 2º milênio

Valéria Pero¹

Gabriela Freitas da Cruz²

Resumo: Este artigo analisa a evolução da pobreza metropolitana no Brasil entre 2001 e 2013, comparando-a com as áreas rural e urbana não metropolitana. Com isso, será possível identificar se a pobreza está se tornando mais urbana e metropolitana e apontar as especificidades desse processo. Além disso, explora os determinantes da queda da pobreza de duas formas de decomposição: (i) a contribuição do crescimento econômico e da distribuição de renda e (ii) a partir de seus determinantes imediatos, como acesso ao trabalho e aos diferentes tipos de renda. Dada a complexidade e o caráter multidimensional da pobreza, utilizaram-se três linhas de pobreza como referência: (i) a do Governo Federal (R\$140 em valores de junho de 2011); (ii) a calculada por ROCHA (1997) com base numa cesta de consumo que varia conforme local de moradia; e (iii) a relativa, igual a 60% da renda domiciliar per capita mediana. A comparação das taxas de pobreza medidas pelas diferentes linhas revela uma queda generalizada, sendo mais lenta para pobreza relativa do que para pobreza absoluta. A linha baseada na cesta de consumo parece mais apropriada para tratar da questão da pobreza metropolitana, pois leva em conta as diferenças no custo de vida entre as áreas. Com base nela, verifica-se um processo de metropolização da pobreza: em 2013, a proporção de pobres nas regiões metropolitanas já superava a do meio rural. Por fim, os resultados das decomposições apontam para dois outros aspectos importantes: a maior contribuição da redistribuição da renda e a menor importância das outras fontes de renda que não a do trabalho, dentre as quais se incluem as transferências governamentais, para explicar a queda da pobreza nas metrópoles se comparadas aos meios rural e urbano não metropolitano.

Palavras-chave: linhas de pobreza; pobreza metropolitana; decomposição da queda da pobreza.

Abstract: This paper analyses the evolution of metropolitan poverty in Brazil between 2001 and 2013, comparing it with the poverty on rural and no metropolitan urban areas. Therefore, we will be able to identify whether poverty is getting more urban and metropolitan and to point the particularities of this process. Moreover, this article explores de poverty reduction determinants through two ways: (i) contribution of economic growth and income redistribution; and (ii) decomposition into its direct determinants. Given the complexity and the multidimensional aspect of poverty, three poverty lines were applied: (i) the Federal Government line (R\$140 in June 2011); (ii) the line defined by ROCHA (1997), based on a basic basket of goods and services, which is different for each region; and (iii) the relative line, equal to 60% of the median per capita household income. The comparison between the poverty lines shows a generalized poverty reduction, which is slower when we use the relative poverty line than the absolute poverty lines. The line based on consumer basket seems more appropriated to study the metropolitan poverty issues, as it accounts for the higher living cost on these areas. Using this line, we observe a poverty *metropolization* process: on 2013, poverty rate on metropolitan regions was higher than rural poverty rate. Finally, the decompositions' results show two other important aspects: the higher contribution of the income redistribution and the lower role of other incomes, among which are the government cash transfers, on explaining the poverty reduction on the metropolitan regions comparing with rural and no metropolitan urban areas.

Key words: poverty lines; metropolitan poverty; decomposition of poverty reduction.

Área da ANPEC: Área 12 - Economia Social e Demografia Econômica

Classificação JEL: I32

¹ Professora associada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ).

² Aluna de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

1. INTRODUÇÃO

Os anos 2000 foram marcados no Brasil pelo sucesso no que diz respeito ao combate à pobreza. A melhora no mercado de trabalho, principalmente pelo aumento do salário mínimo e do emprego formal e pela queda da taxa de desemprego, associada à expansão de programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa-Família, foram fatores determinantes para esse quadro. De acordo com a PNAD/IBGE, mais de 25 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2001 e 2013. Com isso, a taxa de pobreza - proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza - diminuiu de 24,6% para 8,4% nesse período.

Tais números consideram uma linha de pobreza igual a R\$ 140,00 (em valores de junho de 2011), o dobro do valor da linha de extrema pobreza definida pelo Governo Federal a partir do Decreto 7492, que criou o Plano Brasil sem Miséria. Em valores de 2001, isso equivale a R\$ 72,74, e, em valores de 2013, R\$ 167,96. São, portanto, baseados em valores bastante baixos, de modo que a superação da pobreza, nesse caso, não implica necessariamente o atendimento das necessidades básicas, em especial nas grandes metrópoles, onde o custo de vida é maior. Ainda assim, quase 17 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza em 2013, o que evidencia a relevância do tema e a existência de muitos desafios pela frente.

A efetividade das políticas públicas no combate à pobreza está, primeiramente, relacionada à compreensão do fenômeno nas suas múltiplas dimensões e, portanto, um dos desafios está na própria definição e medição. Dada a complexidade, dependendo do conceito e da medida utilizada, a dimensão, o perfil e o comportamento ao longo do tempo podem variar consideravelmente. Uma forma de contribuir para compreender melhor a questão a partir da taxa de pobreza é considerar diferentes aspectos da pobreza absoluta e relativa [MEYER e SULIVAN (2012); RAVALLION et al. (2007) e BELLIDO et al. (1998)]. Assim sendo, para analisar a queda recente da taxa de pobreza nas áreas rural, urbana e metropolitana do Brasil serão utilizadas três linhas definidas pela renda domiciliar per capita sob diferentes óticas: (i) a oficial para os programas sociais do Governo Federal, (ii) a baseada numa cesta de consumo mínimo, levando em conta as diferenças regionais de padrão de consumo e de custo de vida e (iii) a relativa, igual a 60% da renda domiciliar per capita mediana da área de residência.

Ao considerar a dimensão regional na análise, RAVALLION et al. (2007) mostra que o processo de urbanização dos países em desenvolvimento tem contribuído para diminuição da pobreza, porém em menor intensidade na América Latina. ROCHA (2013), por sua vez, analisa dados do Brasil entre 1970 e 2011, e mostra que, em decorrência do processo de industrialização e urbanização e das políticas previdenciária e assistencial, a pobreza também se urbanizou. A diminuição mais rápida da incidência da pobreza rural aliada à urbanização tem levado ao crescimento paulatino da pobreza metropolitana.

Outra forma de analisar a queda da pobreza é a partir dos seus determinantes imediatos macro e microeconômicos. Em termos macroeconômicos, a diminuição da pobreza depende de um processo de desenvolvimento que gere um aumento de renda favorável aos que precisam mais, ou seja, às pessoas com menor renda. BARROS et al. (2011a), estimam que entre 2001 e 2008 cerca da metade da queda na pobreza no Brasil foi decorrente do crescimento econômico, e a outra metade, da redução no grau de desigualdade. Considerando a pobreza rural entre 1998 e 2005, HELFAND, ROCHA e VINHAIS (2009) constatarem que sua diminuição se deu preponderantemente via crescimento econômico. Nas regiões metropolitanas, CARNEIRO, BAGOLIN e TAI (2013) mostram que, apesar da importância da queda da desigualdade, o crescimento econômico explica a maior parte da queda da pobreza.

Em relação aos determinantes microeconômicos, diversos autores [ROCHA (2013), AZEVEDO et al. (2013), BARROS et al. (2011b), entre outros] realizam uma decomposição da renda per capita a partir de simulações contrafactuais considerando seus determinantes imediatos, como a ocupação dos adultos na família e as diferentes fontes de renda. Uma estimativa de BARROS et al. (2011b) aponta que o crescimento da renda per capita dos 20% mais pobres da população entre 2003 e 2009 se deveu principalmente ao aumento da renda não derivada do trabalho, que dobrou no período. Porém, as melhorias no mercado de trabalho também foram expressivas para esse grupo, que registrou crescimento de 40% da renda proveniente do trabalho.

Diante disso, a ideia do artigo é contribuir para analisar a evolução da pobreza nos anos 2000, destacando as diferenças entre os meios rural, urbano e metropolitano e estendendo a análise para um período mais recente. Os objetivos são (i) entender se houve no Brasil um fenômeno de urbanização da pobreza, comumente tratado na literatura sobre países em desenvolvimento; (ii) investigar se, nas metrópoles, onde o nível da desigualdade é superior ao observado em outras localidades, a queda da pobreza se deu mais via crescimento ou distribuição e as mudanças ao longo do tempo; e (iii) destacar quais fontes de renda ou características demográficas foram mais relevantes para a queda da pobreza em várias localidades.

A comparação das taxas de pobreza entre as diferentes linhas de pobreza revela uma queda generalizada, sendo mais lenta para pobreza relativa do que para pobreza absoluta. A linha baseada na cesta de consumo parece mais apropriada para tratar da questão da pobreza metropolitana, pois leva em conta as diferenças no custo de vida entre as regiões. Com base nela, verifica-se um processo de metropolização da pobreza: em 2013, a proporção de pobres nas regiões metropolitanas já superava a do meio rural. Por fim, os resultados das decomposições apontam para dois outros aspectos importantes: a maior contribuição da redistribuição da renda e a menor importância das outras fontes de renda que não a do trabalho, dentre as quais se incluem as transferências governamentais, para explicar a queda da pobreza nas metrópoles se comparadas aos meios rural e urbano.

Assim sendo, o artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção será feita uma análise sobre as medidas de pobreza, a fonte de dados e as metodologias de decomposição. A seção seguinte apresenta uma análise da evolução da pobreza entre 2001 e 2013, considerando as diferentes medidas, e se houve um processo de urbanização ou *metropolização* recente. A terceira seção apresenta os resultados das decomposições da queda da pobreza nos seus determinantes macro e microeconômicos. Por fim, são destacados os principais resultados nas considerações finais.

2. MEDIDAS DE POBREZA E METODOLOGIA DE ANÁLISE

2.1. Linhas de pobreza monetária: definições e aspectos positivos e negativos

A pobreza é um fenômeno bastante complexo e sua definição e mensuração sempre trazem consigo o risco de limitar a análise que se pretende fazer. Para SEN (1999) “a pobreza deve ser vista como a privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda” (SEN, 1999, p 120). No entanto, a interpretação sobre o que seriam essas capacidades básicas é objeto de intenso debate e está sujeita a uma série de valores morais a respeito do que seria o mínimo aceitável para sobreviver. Ademais, tais capacidades estão relacionadas a vários aspectos da vida dos indivíduos - como saúde, educação, habitação, etc. – o que torna a pobreza uma condição multidimensional.

Ainda que se reconheça o caráter multidimensional da pobreza, neste artigo, optou-se por defini-la com base na renda dos indivíduos. Essa é uma forma de mensuração mais simples de ser implementada, que demanda menos decisões arbitrárias na construção do indicador de bem-estar e que facilita a realização das decomposições que serão feitas adiante. Além disso, em geral, a pobreza monetária está bastante correlacionada com privações diversas dos indivíduos, mesmo as relacionadas à provisão de bens e serviços públicos, não transacionados no mercado.

Uma vez escolhida a renda como forma de mensuração do bem-estar dos indivíduos, é necessário estabelecer uma linha de corte para classificá-los como pobres e não pobres. Conforme definido por BELLIDO *et al.* (1998), essa linha pode ser absoluta, definida pelo custo de uma cesta de consumo básica, que não varia ao longo do tempo; ou relativa, traduzindo “uma condição de privação relativa comparada com um padrão de bem-estar da sociedade” (BELLIDO *et al.*, 1998, p. 117). A fim de encontrar a linha que melhor se adequa aos objetivos deste trabalho, optou-se por iniciar a análise a partir de três linhas distintas e escolher uma delas posteriormente. São elas: a linha de pobreza oficial do governo, igual em todo território nacional; a linha de pobreza definida com base na cesta de consumo, que considera as diferenças no custo de vida entre as regiões; e a linha de pobreza relativa. Os valores das linhas são apresentados no Anexo A.

A linha de extrema pobreza oficial, definida pelo Governo Federal no Decreto nº 7492, que criou o Plano Brasil sem Miséria, e usada como referência para a seleção dos beneficiários do Programa Bolsa Família, é igual a R\$ 70,00³ em valores de junho de 2011. Como estamos interessados nos indicadores de pobreza, adotou-se como linha de corte o dobro deste valor (R\$ 140,00 em valores de junho de 2011), procedimento que também é adotado pelo Governo Federal para a definição do valor dos benefícios. Esse valor foi deflacionado com base no mês de setembro (mês de realização da PNAD) de cada ano, variando de R\$ 72,74 em 2001 a R\$ 157,58 em 2013. O fato de esta linha não levar em conta os diferentes custos de vida nas regiões faz com que seu valor represente níveis de consumo bastante discrepantes pelo país. Em particular, nas Regiões Metropolitanas, onde o custo de vida costuma ser bem superior, são consideradas não pobres pessoas com níveis de privação muito elevados.

Uma forma de corrigir essa questão é definir uma cesta de consumo básica e calcular seu custo nas diferentes regiões do país ao longo do tempo. Essa é a metodologia utilizada por ROCHA (1997). Com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1987/88, a autora define uma cesta de consumo que atende aos critérios nutricionais mínimos estabelecidos pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) em cada uma das nove regiões metropolitanas brasileiras, Brasília e Goiânia. As cestas são diferentes para cada uma dessas localidades, a depender do padrão de consumo observado na faixa de renda mínima que atende aos critérios nutricionais. O valor dessas cestas em cada uma das regiões é igual à linha de indigência. Ele é ajustado ao longo do tempo e calculado para demais áreas urbanas e rurais do país a partir do INPC-alimentação. Para calcular as linhas de pobreza, divide-se esse valor pela participação dos itens alimentares na renda e obtém-se o montante de dinheiro necessário para atender a todas as necessidades básicas, como alimentação, habitação, saúde, etc. Em 2013, os valores das linhas de pobreza calculadas para o Brasil variavam de R\$ 105,61 na área rural da região Norte a R\$ 398,04 na região metropolitana de São Paulo.

As linhas de pobreza absolutas, porém, sempre terão um componente de arbitrariedade, pois exigem que o pesquisador defina um nível básico de consumo ou renda segundo algum critério. As linhas de pobreza relativas, por sua vez, superam, em parte, essa questão. A linha adotada pelos países da União Europeia e que será utilizada neste trabalho, por exemplo, é igual a 60% da renda mediana. Nesse caso, à medida que o padrão de vida mediano do país sobe, sua referência de pobreza também sobe. Em termos de política, o objetivo é aproximar a base da distribuição ao centro. Nesse sentido, SOARES (2009) destaca que “se a pobreza não se ancora em algum tipo de absoluto, então o que se mede é desigualdade e não pobreza” (SOARES, 2009, p. 32). Para ROCHA (1997) esse tipo de abordagem faria mais sentido em países onde as necessidades básicas já são em grande parte atendidas. Neste artigo, foram calculadas, para cada ano, três linhas relativas, com base na renda mediana do meio rural, urbano não metropolitano⁴ e metropolitano do Brasil. Os valores (excluindo-se o norte rural, que ainda não era pesquisado na PNAD de 2001) variam de R\$ 203,40 no meio rural a R\$ 420,00 nas áreas metropolitanas em 2013. Entre 2001 e 2013, em termos reais, a linha de pobreza relativa se tornou 83% maior no meio urbano, 126% maior no meio rural e 62% maior nas RMs.

2.2. Decomposição da queda da pobreza entre as localidades: análise shift-share

Ao longo dos anos 2000, a pobreza caiu no Brasil em todas as localidades: meio urbano, rural e metropolitano. Interessa saber, porém, qual localidade foi mais determinante nesse processo, inclusive para avaliar a importância da queda da pobreza metropolitana no contexto nacional. A variação da proporção de pobres em um país é resultado da variação da pobreza em cada subregião, ponderada pela participação desta subregião no total da população no período inicial; e da mudança da distribuição da população entre as subregiões, que possuem taxas de pobreza diferentes.

Seguindo a metodologia utilizada por RAVALLION *et al.* (2007) para analisar a queda da pobreza e sua possível urbanização nos países em desenvolvimento, é possível separá-la em três componentes – queda da pobreza urbana, queda da pobreza rural e mudança na distribuição da população entre os meios

³ Em 2014, esse valor foi alterado para R\$ 77,00. No entanto, como a análise do texto vai até o ano de 2013, optou-se por utilizar o último valor que havia sido definido até então.

⁴ Para facilitar a exposição, urbano será sempre referente à área urbana sem ser metropolitana.

urbano e rural. Como estamos interessados especialmente na questão da pobreza nas áreas metropolitanas, a decomposição feita aqui apresenta quatro componentes: queda da pobreza rural, queda da pobreza urbana não metropolitana, queda da pobreza metropolitana, e mudança na distribuição da população entre as três áreas. Temos, portanto, a seguinte fórmula:

$$H_1 - H_0 = S_{0r}(H_{1r} - H_{0r}) + S_{0u}(H_{1u} - H_{0u}) + S_{0RM}(H_{1RM} - H_{0RM}) + \sum_{i=r,u,RM} (S_{1i} - S_{0i})H_{1i}$$

onde H_{ti} é a proporção de pobres no período t (inicial 0 ou final 1) na localidade i (meio rural, urbano ou metropolitano) e S_{ti} é a proporção da população total que reside na localidade i no período t. Os três primeiros componentes do lado direito da equação se referem à contribuição da queda da pobreza nos meios rural, urbano e metropolitano, respectivamente, para a queda da pobreza no total do Brasil. Já o último termo se refere à variação da pobreza decorrente da mudança da distribuição da população entre essas localidades.

Essa decomposição será feita usando as três linhas de pobreza como referência. A comparação dos seus resultados, bem como a análise descritiva dos dados, permitirá escolha de uma dessas linhas para fazer as decomposições que serão descritas a seguir.

2.3. “Sharpley decomposition”: decomposição da queda da pobreza entre crescimento e distribuição e entre fontes de renda

A queda da pobreza ocorre por meio do aumento da renda da parcela mais pobre da população (em termos absolutos ou relativos, a depender da linha utilizada). Esse aumento pode ser resultado tanto do crescimento da renda da população em geral quanto da redistribuição da renda dos mais ricos para os mais pobres. RAVALLION e DATT (1991) apresentam a metodologia de decomposição da queda da pobreza entre dois períodos de tempo ou duas regiões. A ideia é fazer uma simulação contrafactual, calculando, primeiro, a variação da pobreza caso a renda variasse, mas a distribuição permanecesse a mesma; e, em seguida, a variação da pobreza caso a distribuição variasse, mas a renda média se mantivesse constante.

Considere uma medida de pobreza $P_t = P(z/\mu_t, L_t)$, onde z é a linha de pobreza, μ_t é a renda média no período t, e L_t é um vetor de parâmetros que descreve a curva de Lorentz⁵ (distribuição da renda). Escolhendo o período inicial como período e referência, podemos fazer a decomposição a partir da seguinte fórmula:

$$P_{t+n} - P_t = [P(z/\mu_{t+1}, L_t) - P(z/\mu_t, L_t)] + [P(z/\mu_t, L_{t+1}) - P(z/\mu_t, L_t)] + R(t, t + 1)$$

O primeiro termo entre colchetes é o efeito do crescimento sobre a variação da pobreza; o segundo é o efeito da redistribuição de renda; e o terceiro termo é um resíduo, que, conforme explicado pelos autores, aparece sempre que o efeito marginal de um aumento da renda (desigualdade) sobre a pobreza depende do nível da desigualdade (renda). Em geral, esse resíduo existe, mas, em muitos casos, é negligenciável. Nos cálculos feitos neste artigo, sua magnitude mostrou-se pequena, de modo que eles não são apresentados nas tabelas.

Outro tipo de decomposição bastante utilizado na literatura sobre pobreza é apresentado em AZEVEDO *et al.* (2013). O método consiste em separar a contribuição de cada componente da renda para a variação observada no indicador de pobreza entre dois períodos ou regiões. Esse tipo de trabalho é especialmente interessante no período recente, quando a pobreza caiu consideravelmente nos países em desenvolvimento. Na América Latina, por exemplo, a performance dos países foi bastante surpreendente nesse sentido, em um momento em que se observaram mudanças demográficas, com aumento da proporção da população em idade ativa; melhorias significativas no mercado de trabalho, tanto em termos de acesso quanto em termos de rendimentos; e expansão dos programas de transferência de renda.

Adaptando a metodologia apresentada pelos autores aos dados brasileiros, podemos definir a renda domiciliar *per capita* da seguinte maneira:

⁵ RAVALLION e DATT (1991) apresentam duas formas de descrever a curva de Lorentz.

$$y_{dompc} = \frac{n_{adu}}{n} \left[\frac{n_{ocup}}{n_{adu}} \left(\frac{\sum y_i^{trab}}{\sum horas_i^{trab}} \times \frac{\sum horas_i^{trab}}{n_{ocup}} \right) + \frac{\sum y_i^{apos}}{n_{adu}} + \frac{\sum y_i^{alug}}{n_{adu}} + \frac{\sum y_i^{\tilde{m}mor}}{n_{adu}} + \frac{\sum y_i^{outras}}{n_{adu}} \right]$$

onde y_{dompc} é a renda domiciliar *per capita*; n é o número de moradores; n_{adu} é o número de adultos no domicílio (15 anos ou mais); n_{ocup} é o número de adultos ocupados; $\sum y_i^{trab}$ e $\sum horas_i^{trab}$ são as somas dos rendimentos do trabalho e das horas trabalhadas, respectivamente, de todos os ocupados do domicílio; e $\sum y_i^{apos}$, $\sum y_i^{alug}$, $\sum y_i^{\tilde{m}mor}$ e $\sum y_i^{outras}$ são as somas dos rendimentos de aposentadoria, aluguel, doações de não moradores e outras rendas (transferências governamentais e juros, em geral), nesta ordem, de todos os adultos do domicílio.

A decomposição exige a construção de contrafactuais em que apenas um desses fatores varia e os demais permanecem constantes ao longo do tempo. Como estamos trabalhando com o nível individual e não dispomos de dados em painel, que acompanham os indivíduos ao longo do tempo, os indivíduos são ranqueados segundo sua renda domiciliar *per capita*, e sua renda estimada para o período anterior é igual à renda média correspondente ao seu quintil no período anterior. Esse tipo de decomposição está sujeito ao problema conhecido como “*path-dependence*”, que consiste na alteração dos resultados a depender da ordem segundo a qual a contribuição de cada componente é calculada. Para corrigir esse problema, a decomposição é feita considerando todas as ordenações possíveis e o resultado final é a média dos resultados de cada ordenação. Por fim, os autores destacam que pode ser difícil interpretar essas contribuições como causais, pois a variação de uma fonte de renda pode influenciar a variação de outra.

2.4. Dados

A base de dados utilizada neste artigo foi construída a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) dos anos de 2001, 2005, 2009 e 2013. A área rural da região Norte só passou a integrar a pesquisa no ano de 2004, de modo que não há informações disponíveis para ela em 2001. Portanto, a fim de padronizar as unidades de análise, excluiu-se o meio rural da região norte de todos os anos. Os resultados descritivos para a amostra completa, com o Norte rural, para os anos de 2005 a 2013 podem ser vistos no Anexo B deste artigo. Foram consideradas áreas metropolitanas as nove principais regiões metropolitanas do país (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) e a capital federal Brasília. O restante do país foi dividido entre meio urbano (não metropolitano) e rural de acordo com a situação censitária do domicílio.

O cálculo da renda domiciliar *per capita* foi feito de acordo com o procedimento padrão do IBGE. Foram excluídos do cálculo (e da base de dados) os domicílios coletivos; as pessoas cuja relação com o responsável pelo domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico; e os domicílios onde algum dos moradores deixou de declarar algum tipo de renda. No total, tem-se na base entre 330 mil observações em 2013 e 388 mil em 2005. Ponderando as observações por seus respectivos pesos, o universo de análise varia de cerca de 167 milhões de indivíduos em 2001 a 186 milhões em 2013.

Por fim, a decomposição da queda da pobreza segundo fontes de renda considera que apenas os adultos possuem renda. Assim sendo, é necessário fazer os seguintes ajustes para incluir a renda das crianças de até 14 anos: (i) todo responsável pelo domicílio deve ser considerado adulto, independente de sua idade; e (ii) a renda das crianças de até 14 anos deve ser transferida para o responsável pelo domicílio, respeitando a fonte de renda. O mesmo procedimento deve ser feito com as horas trabalhadas por elas.

3. POBREZA NOS ANOS 2000: EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO POR LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO

Conforme descrito anteriormente, a distribuição de pobres e não pobres e a taxa de pobreza segundo situação a localização do domicílio (rural, urbano ou metropolitano) foram calculadas com base em três linhas de pobreza diferentes: i) a linha de pobreza oficial; ii) a linha baseada em uma cesta mínima de consumo; e iii) a linha relativa. A Tabela 1 a seguir apresenta esses indicadores.

Tabela 1 – Número e proporção de pobres segundo localização do domicílio (sem Norte Rural): 2001 – 2013

Indicador	Linha de pobreza do governo (\$ 140 em jun. 2011)				Linha de pobreza por consumo (Sônia Rocha)				Linha de pobreza relativa (60% da mediana)			
	Rural	Urbano	RMs	Total	Rural	Urbano	RMs	Total	Rural	Urbano	RMs	Total
Painel A: 2001												
Nº de pobres	12.950.069	20.392.876	7.920.078	41.263.023	10.191.049	28.149.862	19.257.321	57.598.232	7.366.784	28.042.959	15.501.800	50.911.543
Nº de não pobres	12.101.236	69.776.246	44.343.527	126.221.009	14.860.256	62.019.260	33.006.284	109.885.800	17.684.521	62.126.163	36.761.805	116.572.489
% de pobres	51,7	22,6	15,2	24,6	40,7	31,2	36,8	34,4	29,4	31,1	29,7	30,4
Δ % de pobres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Painel B: 2005												
Nº de pobres	11.243.610	17.512.187	7.343.635	36.099.432	8.269.719	25.772.532	18.682.600	52.724.851	7.336.251	27.411.763	15.902.061	50.650.075
Nº de não pobres	14.738.497	78.663.134	47.919.027	141.320.658	17.712.388	70.402.789	36.580.062	124.695.239	18.645.856	68.763.558	39.360.601	126.770.015
% de pobres	43,3	18,2	13,3	20,3	31,8	26,8	33,8	29,7	28,2	28,5	28,8	28,5
Δ % de pobres	-16,3	-19,5	-12,3	-17,4	-21,8	-14,2	-8,2	-13,6	-4,0	-8,4	-3,0	-6,1
Painel C: 2009												
Nº de pobres	7.558.300	11.462.183	4.497.136	23.517.619	5.429.704	18.718.911	14.206.857	38.355.472	7.433.658	29.947.779	15.872.307	53.253.744
Nº de não pobres	17.507.545	90.139.452	51.714.247	159.361.244	19.636.141	82.882.724	42.004.526	144.523.391	17.632.187	71.653.856	40.339.076	129.625.119
% de pobres	30,2	11,3	8,0	12,9	21,7	18,4	25,3	21,0	29,7	29,5	28,2	29,1
Δ % de pobres	-30,3	-38,0	-39,8	-36,8	-31,9	-31,2	-25,2	-29,4	5,0	3,4	-1,9	2,0
Painel D: 2013												
Nº de pobres	5.430.791	7.542.815	2.715.687	15.689.293	4.068.055	13.163.180	9.792.659	27.023.894	7.607.240	30.325.695	15.045.776	52.978.711
Nº de não pobres	18.974.778	97.149.969	54.113.527	170.238.274	20.337.514	91.529.604	47.036.555	158.903.673	16.798.329	74.367.089	41.783.438	132.948.856
% de pobres	22,3	7,2	4,8	8,4	16,7	12,6	17,2	14,5	31,2	29,0	26,5	28,5
Δ % de pobres	-26,2	-36,1	-40,3	-34,4	-23,1	-31,8	-31,8	-30,7	5,1	-1,7	-6,2	-2,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) - 2001, 2005, 2009 e 2013.

Usando a linha de pobreza oficial do Governo Federal como referência, o número de pobres em 2001 era de, aproximadamente, 41 milhões, dos quais 8 milhões viviam nas regiões metropolitanas (RM). Em 2013, o total de pobres no Brasil caiu para 16 milhões e para 2,7 milhões nas metrópoles. Isso significou uma queda da proporção de pobres superior a 65%, tanto no total, quanto nas RM. Nestas, essa queda foi ligeiramente maior do que no total e o período de maior redução da pobreza aconteceu entre 2009 e 2013, enquanto no total, o período de 2005 a 2009 se destacou mais positivamente.

Já a linha de pobreza calculada por Sônia Rocha (1997), diferenciada segundo o custo de vida nas regiões do país, também revela um quadro promissor, embora o aumento da linha de corte (em relação à linha oficial) em algumas áreas resulte em uma maior proporção de pobres em todos os anos. O número de pobres no Brasil cai de 58 milhões em 2001 para cerca de 27 milhões em 2013, e de 19 para 10 milhões nas RM. A proporção de pobres, por sua vez, cai mais de 50% em todas as áreas, saindo de 34,4% em 2001 para 14,5% em 2013 no Brasil, e de 36,8% para 17,2% nas RM, percentual que passa a superar a taxa de pobreza nas áreas rurais, onde o custo de vida é mais baixo e, conseqüentemente, a linha de pobreza também.

Finalmente, a análise com a linha relativa revela um número de pobres bem maior e que permanece mais ou menos estável ao longo do tempo, acima de 50 milhões no país e de 15 milhões nas metrópoles. Tal estabilidade se deve ao fato de que, ao longo dos anos 2000, a renda mediana também cresceu muito no Brasil, o que implica um aumento contínuo da linha em termos reais. Portanto, ainda que a renda dos mais pobres tenha crescido no período, tal crescimento não foi suficiente para fazê-los se aproximar do padrão de vida mediano da população. A proporção de pobres caiu de 30,4% para 28,5% no Brasil, e de 29,7% para 26,5% nas regiões metropolitanas, desempenho muito inferior ao observado a partir das linhas de pobreza absolutas.

Tabela 2 – Distribuição dos pobres e da população segundo situação do domicílio: 2001 – 2013

Situação do domicílio	Distribuição dos pobres (%)			Distribuição da população
	Linha do governo	Linha por consumo	Linha relativa	
Painel A: 2001				
Rural	31,4	17,7	14,5	15,0
Urbano	49,4	48,9	55,1	53,8
RMs	19,2	33,4	30,4	31,2
Painel B: 2005				
Rural	31,1	15,7	14,5	14,6
Urbano	48,5	48,9	54,1	54,2
RMs	20,3	35,4	31,4	31,1
Painel C: 2009				
Rural	32,1	14,2	14,0	13,7
Urbano	48,7	48,8	56,2	55,6
RMs	19,1	37,0	29,8	30,7
Painel D: 2013				
Rural	34,6	15,1	14,4	13,1
Urbano	48,1	48,7	57,2	56,3
RMs	17,3	36,2	28,4	30,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) - 2001, 2005, 2009 e 2013.

A Tabela 2 revela as diferenças na distribuição da população pobre nas diferentes áreas e deixa mais clara a questão da metropolização da pobreza, verificada apenas quando os cálculos são feitos a partir da linha que considera as diferenças de preços entre as regiões.

Em relação à distribuição da população total⁶, observa-se uma reduzida proporção de habitantes do meio rural já em 2001, de modo que o processo de urbanização perde força ao longo dos anos 2000. Na verdade, a distribuição da população permanece mais ou menos estável, com ligeiro aumento da proporção de habitantes em áreas urbanas não metropolitanas e redução da proporção de habitantes no meio rural e metropolitano.

Quanto aos pobres, sua distribuição depende da linha de pobreza usada como referência. No caso da linha oficial, observa-se uma sobre-representação dos pobres no meio rural e uma redução da participação dos pobres metropolitanos no total de pobres, sugerindo uma desmetropolização da pobreza. Usando a linha relativa, obtemos uma distribuição dos pobres similar à distribuição da população total. Por fim, a metodologia sugerida por ROCHA (1997) é a única que sugere um processo, ainda que não muito acentuado, de metropolização da pobreza, justamente porque considera a diferença de custo de vida entre as regiões. Ao levar em conta que a vida nas metrópoles é, em geral, mais cara que nas demais localidades, encontramos uma resistência maior da pobreza nessas áreas: enquanto a proporção de habitantes nessas áreas cai entre 2001 e 2013, a proporção de pobres que residem nelas sobe de 33,4% para 36,6%. É provável que o menor crescimento da renda nessas áreas bem como o fato de o Bolsa Família não diferenciar os benefícios de acordo com o custo de vida do local onde o beneficiário reside estejam explicando este cenário. Esse processo, porém, ocorre até 2009 e parece estar se revertendo no último período, quando a proporção de pobres vivendo nas RMs cai.

Tabela 3 – Análise shift-share: decomposição da queda da pobreza segundo localização do domicílio

Período	Δ pobreza	Decomposição			Distribuição da população
		Δ pobreza rural	Δ pobreza urbana	Δ pobreza metropolitana	
Painel A: Linha de pobreza do governo (\$ 140 em jun. 2011)					
2001 – 2005	-4,29	-1,26	-2,37	-0,58	-0,08
2005 – 2009	-7,49	-1,92	-3,76	-1,65	-0,16
2009 – 2013	-4,42	-1,08	-2,26	-0,99	-0,08
2001 – 2013	-16,20	-4,40	-8,30	-3,24	-0,26
Painel B: Linha de pobreza por consumo (Sônia Rocha)					
2001 – 2005	-4,67	-1,32	-2,38	-0,95	-0,02
2005 – 2009	-8,74	-1,49	-4,54	-2,66	-0,06
2009 - 2013	-6,44	-0,68	-3,25	-2,47	-0,03
2001 - 2013	-19,86	-3,59	-10,04	-6,12	-0,10
Painel C: Linha de pobreza relativa (60% da mediana)					
2001 - 2005	-1,85	-0,18	-1,40	-0,28	0,00
2005 - 2009	0,57	0,21	0,53	-0,17	0,00
2009 - 2013	-0,63	0,21	-0,28	-0,54	-0,01
2001 - 2013	-1,90	0,26	-1,15	-0,99	-0,02

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) - 2001, 2005, 2009 e 2013.

⁶ Foram consideradas apenas as pessoas com renda domiciliar *per capita* válida, isto é, as mesmas que foram consideradas nos cálculos de pobreza. Excluíram-se, portanto, os moradores de domicílios coletivos; empregados domésticos, parentes dos empregados domésticos e agregados; e domicílios onde algum morador deixou de declarar algum tipo de renda.

Para entender melhor a questão da metropolização ou não da pobreza no Brasil, a Tabela 3 decompõe a queda da pobreza de acordo com a contribuição da queda em cada localidade e a contribuição da mudança da distribuição da população entre as localidades.

A análise da tabela acima revela que, independente da linha considerada, a redistribuição da população entre as localidades teve impacto muito reduzido sobre a queda da pobreza, ao contrário do que sugerem outros estudos para países em desenvolvimento, como RAVALLION *et al.* (2007). Esse resultado pode ser atribuído ao processo avançado de urbanização no Brasil, o que implica uma estrutura mais estável de distribuição da população entre os meios urbano, rural e metropolitano.

Com base na linha de pobreza oficial, a proporção de pobres caiu 16,2 pontos percentuais entre 2001 e 2013, com maior queda entre 2005 e 2009. Em todos os períodos, a queda da pobreza metropolitana foi a que menos contribuiu para a redução da pobreza no Brasil, mesmo com a participação da sua população no total ficando próxima de um terço. Em grande parte, esse resultado pode ser explicado pelo fato de que a pobreza nas áreas metropolitanas é menor que nas demais, de modo que, em termos de pontos percentuais, sua queda é sempre menor. O meio urbano, por sua vez, foi o que mais contribuiu, tanto devido ao bom desempenho dessas cidades pequenas e médias, quanto devido à sua elevada participação na população total do país.

Considerando a linha baseada na cesta de consumo básica, a queda da pobreza foi maior, de 19,9 pontos percentuais. A queda nas áreas urbanas não metropolitanas foi a principal responsável por este resultado, enquanto a queda nas áreas rurais teve a menor participação. Novamente, observa-se um desempenho melhor no período de 2005 e 2009.

Já a linha de pobreza relativa aponta para uma queda da pobreza muito inferior, de 1,9 pontos percentuais. Entre 2005 e 2009, o período de maior crescimento da economia brasileira nos anos 2000, a proporção de pobres segundo esta linha sobe; já no meio rural, ela sobe no total do período. Parece, portanto, que o alto crescimento econômico observado ao longo desses anos não tem sido tão mais favorável aos mais pobres, em especial aos que vivem no campo. O que se observa a partir desses dados é que eles têm elevado seu nível de renda, mas não a ponto de se aproximar do crescente nível de renda mediano.

Considerando as análises feitas até aqui e o objetivo deste estudo, de investigar a evolução da pobreza nos anos 2000 com foco nas áreas metropolitanas, considerou-se mais adequada a linha de pobreza estabelecida com base em um padrão mínimo de consumo. Essa linha considera um fator essencial para tratar da questão: embora o acesso a bens públicos e infraestrutura seja mais amplo nas grandes cidades, o que contribui para o alívio da situação de pobreza, o custo de vida é muito superior nessas áreas. Isso reduz o padrão de consumo dos mais pobres e torna as políticas de transferência de renda do governo insuficientes para assegurar-lhes mesmo o suprimento das necessidades mais básicas. A utilização desse tipo de linha de pobreza também está de acordo com alguns resultados da literatura internacional a respeito das formas de identificar os indivíduos mais carentes em termos de acesso a bens e serviços. MEYER e SULIVAN (2012), por exemplo, comparam os indivíduos mais pobres dos Estados Unidos segundo três critérios: a linha oficial do governo, que considera a renda bruta das famílias; a medida de pobreza suplementar, que considera a renda disponível e faz alguns outros ajustes; e o consumo das famílias. A conclusão dos autores é que a mensuração do bem-estar das famílias através de indicadores de consumo cumpre melhor o objetivo de identificar os que realmente possuem maiores privações.

4. DECOMPOSIÇÃO DA QUEDA DA POBREZA NOS ANOS 2000

4.1. Crescimento e distribuição de renda

A queda da pobreza pode acontecer por meio de dois caminhos: o crescimento da renda total, para todos os estratos sociais; e a redistribuição de renda, dos mais ricos para os mais pobres. A Tabela 4, a seguir, apresenta a evolução da renda domiciliar *per capita* média no período, e do índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição dessa renda entre os indivíduos. Os valores foram todos

deflacionados usando como referência os mesmos deflatores da linha de pobreza de consumo, que são diferenciados entre as diversas regiões.

Tabela 4 – Análise descritiva: crescimento x desigualdade

Situação do domicílio	Ano				Variação			
	2001	2005	2009	2013	2001-2005	2005-2009	2009- 2013	2001-2013
Painel A: Renda Domiciliar <i>per capita</i> (R\$ 2013)								
Rural	265,66	299,11	387,53	503,47	12,59	29,56	29,92	89,52
Urbano	623,01	651,93	783,83	902,23	4,64	20,23	15,11	44,82
RMs	898,89	903,33	1.039,54	1.233,19	0,49	15,08	18,63	37,19
Total	655,65	678,57	808,11	951,04	3,50	19,09	17,69	45,05
Painel B: Índice de Gini								
Rural	0,5368	0,5029	0,4875	0,5011	-6,31	-3,07	2,80	-6,65
Urbano	0,5620	0,5348	0,5131	0,4920	-4,84	-4,07	-4,11	-12,46
RMs	0,5873	0,5709	0,5476	0,5373	-2,78	-4,08	-1,89	-8,51
Total	0,5910	0,5644	0,5383	0,5227	-4,51	-4,61	-2,90	-11,56

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) - 2001, 2005, 2009 e 2013.

O período de 2001 e 2013 foi marcado por um forte crescimento da renda das famílias (45% no total), em especial a partir de 2005. Observou-se um maior crescimento nas áreas rurais (90%) e uma menor variação nas regiões metropolitanas (31%), reduzindo as diferenças regionais. A desigualdade, por sua vez, caiu em todas as localidades e também no total do Brasil: o índice de Gini caiu de 0,591 em 2001 para 0,523 em 2013 (-12%), com destaque para o período de 2005 – 2009 e para o meio urbano. No meio rural, por sua vez, a desigualdade caiu menos, tendo aumentado entre 2009 e 2013. Durante todo o período, observa-se uma maior desigualdade nas metrópoles do que nas demais áreas.

A Tabela 5 apresenta os resultados da decomposição da evolução da renda *per capita* e da desigualdade de renda sobre a variação da pobreza nos anos 2000. Entre 2001 e 2013, tanto o crescimento quanto a redistribuição da renda contribuíram para a queda da pobreza. O primeiro, porém, foi mais importante, em especial no meio rural, onde foi responsável por 90% da variação observada na proporção de pobres. Nas regiões metropolitanas, a redistribuição de renda, embora menos relevante que o crescimento, foi mais importante do que nas outras localidades, respondendo por 42% da queda da pobreza.

Analisando a decomposição nos subperíodos, observa-se que entre 2001 e 2005, período em que a renda cresceu bem menos que nos demais, foi a redistribuição o determinante mais significativo para a redução da proporção de pobres, principalmente nas RM, onde o crescimento contribuiu com apenas 5%. Ao longo dos períodos verifica-se um aumento da contribuição do crescimento econômico para redução da pobreza. Entre 2009 e 2013, o crescimento teve a maior contribuição dos subperíodos, possivelmente porque, nesses anos, o processo de redistribuição de renda sofreu forte desaceleração.

Os dados mostram, portanto, que a queda da pobreza foi maior nos períodos de maior crescimento e não de maior redistribuição, e que foi o primeiro o grande responsável pela evolução favorável desse indicador no período como um todo. Mesmo nas regiões metropolitanas, onde a redistribuição teve um papel mais relevante que nas demais áreas, foi o crescimento o principal determinante da queda da pobreza, o que pode ser preocupante tendo em vista a estagnação da desigualdade de renda no período mais recente e as perspectivas de recessão da economia brasileira nos próximos anos.

Tabela 5 – Decomposição da queda da pobreza – linha de consumo: crescimento x distribuição

Indicadores	Rural	Urbano	RM	Total
Painel A: 2001 – 2005				
Queda da pobreza	-8,85	-4,42	-3,04	-4,67
Crescimento	-4,96	-1,56	-0,14	-1,33
Distribuição	-3,9	-2,86	-2,9	-3,35
Crescimento (%)	56,0	35,3	4,6	28,5
Distribuição (%)	44,1	64,7	95,4	71,7
Painel B: 2005 – 2009				
Queda da pobreza	-10,17	-8,37	-8,53	-8,74
Crescimento	-9,36	-5,91	-5,18	-5,9
Distribuição	-0,8	-2,47	-3,35	-2,84
Crescimento (%)	92,0	70,6	60,7	67,5
Distribuição (%)	7,9	29,5	39,3	32,5
Painel C: 2009 – 2013				
Queda da pobreza	-4,99	-5,85	-8,04	-6,44
Crescimento	-6,21	-3,77	-6,08	-4,64
Distribuição	1,22	-2,08	-1,96	-1,8
Crescimento (%)	124,4	64,4	75,6	72,0
Distribuição (%)	-24,4	35,6	24,4	28,0
Painel D: 2001 – 2013				
Queda da pobreza	-24,01	-18,65	-19,61	-19,86
Crescimento	-21,71	-10,99	-11,35	-11,96
Distribuição	-2,31	-7,66	-8,26	-7,9
Crescimento (%)	90,4	58,9	57,9	60,2
Distribuição (%)	9,6	41,1	42,1	39,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) - 2001, 2005, 2009 e 2013.

4.2. Fontes de renda

As famílias possuem diversas fontes de rendimento e a superação da pobreza pode ser favorecida mais pelo crescimento de uma fonte de renda específica do que de outra, a depender do período em questão. Fatores demográficos também podem contribuir para a queda da pobreza: quanto maior a proporção de adultos na família, maior a possibilidade de auferir renda e menor a proporção de dependentes. Ademais, a taxa de ocupação da economia também é bastante relevante, tendo em vista que a renda do trabalho costuma ser a principal fonte de renda das famílias. A Tabela 6, a seguir, apresenta a média das várias fontes de renda, todas em termos de renda domiciliar *per capita* (total de rendas de determinada fonte no domicílio/número de adultos (ou de ocupados, no caso da renda do trabalho)). Para adultos que não tinham determinado tipo de renda, considerou-se esta renda igual a zero.

Tabela 6 – Análise descritiva: fontes de renda

Ano	% adultos	% ocupados	Horas trabalhadas	Rendimento / hora do trabalho	Aposentadoria	Aluguel	Não morador	Outros
Painel A: Rural								
2001	0,6665	0,7521	40,01	2,22	69,38	5,32	2,54	9,06
2005	0,6928	0,7638	37,59	2,39	82,90	3,30	1,86	22,87
2009	0,7238	0,7166	35,67	2,93	120,31	4,46	1,86	32,51
2013	0,7507	0,6577	33,38	3,79	156,36	7,84	1,57	54,24
Δ 2001 - 2013 (%)	12,6	-12,6	-16,6	70,9	125,4	47,3	-38,2	498,9
Painel B: Urbano								
2001	0,7103	0,6040	40,02	5,90	134,35	16,86	6,73	6,48
2005	0,7345	0,6260	38,64	5,71	147,73	15,35	6,80	17,49
2009	0,7558	0,6304	37,74	6,50	172,61	16,40	4,92	21,09
2013	0,7733	0,6170	36,29	8,47	191,67	13,34	3,22	26,13
Δ 2001 - 2013 (%)	8,9	2,1	-9,3	43,6	42,7	-20,9	-52,1	303,4
Painel C: RMs								
2001	0,7367	0,5811	39,39	8,27	192,77	17,88	8,04	12,48
2005	0,7567	0,6039	38,47	7,84	201,31	19,65	8,52	15,25
2009	0,7764	0,6214	38,02	9,05	232,76	16,49	4,96	14,59
2013	0,7946	0,6155	36,67	13,11	247,87	13,63	3,36	18,98
Δ 2001 - 2013 (%)	7,9	5,9	-6,9	58,5	28,6	-23,7	-58,2	52,1
Painel D: Total								
2001	0,7120	0,6190	39,82	6,09	142,86	15,45	6,51	8,73
2005	0,7353	0,6393	38,43	5,88	154,93	14,92	6,61	17,58
2009	0,7577	0,6394	37,55	6,79	183,93	14,79	4,51	20,65
2013	0,7768	0,6219	36,02	9,27	204,21	12,71	3,05	27,63
Δ 2001 - 2013 (%)	9,1	0,5	-9,5	52,3	42,9	-17,8	-53,2	216,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) - 2001, 2005, 2009 e 2013.

A proporção de adultos nos domicílios subiu no período, em decorrência da transição demográfica pela qual o Brasil vem passando. Tal processo já se encontra em estágio mais avançado nas RMs, que apresentam uma proporção de adultos por domicílio superior às demais áreas durante todo o período. Essa maior proporção de adultos implica mais oportunidades de geração de renda dentro da família, de modo que o conceito de bônus demográfico, em geral pensado em termos macroeconômicos, também pode ser aplicado às unidades domiciliares. A proporção de adultos ocupados, por sua vez, cresce até 2009 e cai desde então, refletindo a desaceleração da geração de novos postos de trabalho na economia brasileira nos últimos anos. No meio rural, esse indicador já cai desde 2005, possivelmente devido à liberação de força de trabalho agrícola frente à mecanização do setor. A taxa de ocupação foi menor nas regiões metropolitanas durante todo o período, mas, em compensação, foram nessas áreas onde ela mais subiu.

Em todas as localidades, a média de horas trabalhadas caiu. O rendimento/hora, por sua vez, aumentou consideravelmente (52% no total, entre 2001 e 2013). O maior crescimento foi verificado no meio rural, enquanto o menor foi verificado no meio urbano. A renda média das aposentadorias também teve um forte crescimento (43% no total, entre 2001 e 2013), tanto devido ao aumento real do valor

benefícios, quanto devido ao aumento da proporção de adultos que o recebem. O crescimento foi particularmente expressivo no meio rural (125%) e menos intenso nas RMs. Por fim, as rendas classificadas em “outros” - as quais incluem principalmente os benefícios sociais, como o Bolsa Família, e os rendimentos de juros – tiveram o maior crescimento no período (216%). O crescimento foi menos expressivo nas áreas metropolitanas, enquanto no meio urbano, a média das outras rendas multiplicou-se por quatro, e no meio rural, por seis. Novamente, esse aumento é resultado tanto do crescimento da cobertura dos benefícios sociais, quanto de seus valores.

Tabela 7A - Decomposição da queda da pobreza – linha de consumo: fontes de renda (urbano, rural, metropolitano)

Efeito	2001 – 2005		2005 - 2009		2009 - 2013		2001 - 2013	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Rural								
Proporção de adultos	-1,82	20,6	-1,96	19,2	-1,18	23,6	-4,57	19,0
Proporção de ocupados	-0,74	8,3	1,05	-10,3	1,91	-38,2	2,10	-8,7
Horas trabalhadas	1,57	-17,7	0,82	-8,0	1,35	-26,9	2,95	-12,3
Rendimento/hora	-4,13	46,6	-5,40	53,1	-2,28	45,7	-11,23	46,7
Aposentadoria	-1,03	11,7	-2,30	22,6	-1,24	24,9	-4,99	20,8
Aluguel	-0,08	0,9	-0,02	0,2	0,03	-0,7	0,01	0,0
Não morador	0,02	-0,2	0,00	0,0	0,07	-1,5	0,10	-0,4
Outros	-2,64	29,8	-2,35	23,1	-3,65	73,1	-8,38	34,9
Total	-8,85	100,0	-10,17	100,0	-4,99	100,0	-24,01	100,0
Urbano								
Proporção de adultos	-1,07	24,1	-1,08	12,9	-0,88	15,1	-2,86	15,3
Proporção de ocupados	-1,05	23,8	-0,60	7,2	0,69	-11,7	-0,83	4,5
Horas trabalhadas	1,16	-26,3	0,30	-3,5	0,44	-7,5	1,46	-7,8
Rendimento/hora	-1,48	33,4	-4,84	57,7	-4,43	75,6	-11,07	59,4
Aposentadoria	-0,72	16,2	-1,26	15,0	-0,93	15,8	-2,80	15,0
Aluguel	-0,05	1,1	-0,03	0,4	0,05	-0,8	0,06	-0,3
Não morador	-0,03	0,7	0,08	-1,0	0,07	-1,2	0,18	-1,0
Outros	-1,20	27,0	-0,95	11,3	-0,86	14,6	-2,79	15,0
Total	-4,42	100,0	-8,37	100,0	-5,85	100,0	-18,65	100,0
RMs								
Proporção de adultos	-1,10	36,1	-1,24	14,5	-1,29	16,0	-3,63	18,5
Proporção de ocupados	-1,31	43,2	-1,56	18,3	-0,02	0,3	-2,84	14,5
Horas trabalhadas	0,63	-20,6	0,06	-0,7	0,47	-5,8	1,05	-5,3
Rendimento/hora	0,33	-10,8	-4,91	57,5	-6,13	76,2	-10,86	55,4
Aposentadoria	-0,85	28,0	-0,88	10,3	-1,14	14,1	-2,80	14,3
Aluguel	-0,07	2,4	0,14	-1,6	0,15	-1,9	0,26	-1,3
Não morador	-0,09	2,8	0,19	-2,3	0,18	-2,3	0,32	-1,6
Outros	-0,57	18,8	-0,33	3,9	-0,27	3,4	-1,10	5,6
Total	-3,04	100,0	-8,53	100,0	-8,04	100,0	-19,62	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) - 2001, 2005, 2009 e 2013.

Tabela 8B - Decomposição da queda da pobreza – linha de consumo: fontes de renda (total)

Efeito	2001 – 2005		2005 - 2009		2009 - 2013		2001 - 2013	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Proporção de adultos	-1,20	25,7	-1,31	15,0	-1,04	16,1	-3,38	17,0
Proporção de ocupados	-1,02	21,8	-0,65	7,4	0,68	-10,6	-0,87	4,4
Horas trabalhadas	1,00	-21,3	0,21	-2,4	0,51	-7,9	1,51	-7,6
Rendimento/hora	-1,22	26,2	-5,18	59,3	-4,85	75,2	-11,64	58,6
Aposentadoria	-0,89	19,0	-1,20	13,7	-1,10	17,0	-3,19	16,0
Aluguel	-0,05	1,1	0,09	-1,0	0,11	-1,6	0,19	-0,9
Não morador	-0,07	1,5	0,19	-2,1	0,14	-2,1	0,30	-1,5
Outros	-1,22	26,0	-0,89	10,2	-0,90	13,9	-2,77	14,0
Total	-4,67	100,0	-8,74	100,0	-6,44	100,0	-19,86	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) - 2001, 2005, 2009 e 2013.

Para delimitar melhor a contribuição de cada componente para a redução da pobreza, foi feita uma decomposição cujos resultados são apresentados nas tabelas 7A e 7B. Analisando os resultados do Brasil como um todo (Tabela 7B), observa-se uma importância muito grande e crescente do aumento real do rendimento por hora trabalhada (explica 59% da queda da pobreza entre 2001 e 2013), em especial no último subperíodo. A média de horas trabalhadas, por sua vez, contribuiu negativamente, uma vez que diminuiu ao longo do tempo. Já o rendimento de aposentadorias contribuiu com 14% e os outros rendimentos, dentre os quais as transferências de renda governamentais, com 16%. Destaca-se, ainda, que, entre 2001 e 2005, quando a renda cresceu bem menos, foi a proporção de adultos, um fator demográfico, e as outras renda os determinantes mais importantes da redução da proporção de pobres. Por fim, entre 2009 e 2013, a taxa de ocupação caiu, agindo no sentido contrário da queda da pobreza.

Em relação à análise por localidade (Tabela 7B), destaca-se nas RMs o fato de as outras rendas contribuírem bem menos do que para o total do país (5,6%). É possível que isso seja resultado da correção das linhas de pobreza pelo índice de preços: como as linhas nas metrópoles são mais altas, os benefícios sociais federais (iguais, para todas as regiões do Brasil) não são suficientes para retirar as pessoas da pobreza. Entre 2001 e 2005, o rendimento/hora caiu nas RMs, contribuindo de forma negativa para o combate à pobreza. Por outro lado, a proporção de adultos e de ocupados tiveram as maiores contribuições positivas. Já entre 2009 e 2013, o rendimento/hora teve contribuição positiva de 76%, superior ao observado para o total do país.

No meio rural, por sua vez, os rendimentos de aposentadoria e os outros rendimentos foram bem mais relevantes para a queda da pobreza do que no restante do país, evidenciando a dependência dessas áreas em relação aos benefícios sociais. Entre 2009 e 2013, por exemplo, os outros rendimentos contribuíram com 73% da queda da pobreza. Finalmente, no meio urbano, observa-se uma grande importância desses outros rendimentos no período de 2001 a 2005 (27%).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poucos indicadores socioeconômicos são tão observados e importantes para a política quanto a taxa de pobreza. É uma medida utilizada para expressar percentual de pessoas vivendo sob privação sendo, portanto, fundamental para determinar o bem-estar da sociedade. A busca pela erradicação da pobreza, além de imperativo ético, é objetivo de programas sociais que envolvem significativo volume de recursos do setor público. Sendo assim, compreender o fenômeno da pobreza na sua complexidade requer entrar em questões conceituais que implicam diferentes medidas para captar as mudanças ao longo do tempo.

Para tanto, analisamos três taxas de pobreza e verificamos que houve uma queda generalizada da pobreza considerando o período de 2001 a 2013. Entretanto, a intensidade varia de acordo com a medida

e com a área de residência. Quando se analisa a linha de pobreza relativa (60% da renda mediana) verifica-se que a proporção de pobres diminui mais lentamente, desempenho muito inferior ao observado a partir das linhas de pobreza absoluta. A maior queda da taxa de pobreza no Brasil ocorreu com base na linha de pobreza oficial do Governo Federal. Já, segundo a linha de pobreza diferenciada de acordo o custo de vida nas regiões do país, vale destacar que a taxa de pobreza em 2013 nas metrópoles passar a ser maior do que nas áreas rurais, onde o custo de vida é mais baixo e, conseqüentemente, a linha de pobreza também.

Aliás, comparando a distribuição da população pobre entre as áreas rural, urbana e metropolitana segundo as diferentes linhas de pobreza, fica clara a questão da metropolização da pobreza apenas quando os cálculos são feitos a partir da linha que considera as diferenças no custo de vida entre as regiões. Entretanto, os resultados da decomposição revelam que, independente da linha considerada, a redistribuição da população entre as localidades teve impacto muito reduzido sobre a queda da pobreza, ao contrário do que sugerem outros estudos para países em desenvolvimento. Esse resultado pode ser atribuído ao processo avançado de urbanização do Brasil no segundo milênio, o que implica em uma estrutura mais estável de distribuição da população entre os meios urbano, rural e metropolitano.

A decomposição da queda da pobreza em seus macrodeterminantes, crescimento econômico e redistribuição da renda, mostram que no início do período de análise (2001-2005), a redistribuição de renda contribuiu muito para a queda da pobreza, sobretudo na região metropolitana. Porém, esse componente vai perdendo poder explicativo ao longo do tempo. Além disso, a queda da pobreza foi maior nos períodos de maior crescimento, sendo este o maior responsável pela evolução favorável desse indicador no período como um todo. Mesmo nas regiões metropolitanas, onde a redistribuição teve um papel mais relevante que nas demais áreas, o crescimento da renda se tornou o principal determinante da queda da pobreza. Esse é um resultado que aponta para a necessidade de se persistir na trajetória de queda da desigualdade, uma vez que há ainda espaço para redistribuir renda, de modo a potencializar os efeitos do crescimento em momentos favoráveis e garantir a continuidade da queda da pobreza mesmo em períodos de desaceleração econômica.

Por fim, a análise da decomposição da queda da pobreza no Brasil nos seus determinantes microeconômicos imediatos revela que grande e crescente parte é explicada pelo crescimento do rendimento por hora trabalhada (explica 59% da queda da pobreza entre 2001 e 2013). Já o rendimento de aposentadorias contribuiu com 14% e os outros rendimentos, dentre os quais as transferências de renda governamentais, com 16%. Destaca-se que nas RMs as outras rendas contribuíram bem menos do que para o total do país (5,6%). No meio rural, por sua vez, os rendimentos de aposentadoria e os outros rendimentos foram bem mais relevantes para a queda da pobreza do que no restante do país, evidenciando a dependência dessas áreas em relação aos benefícios sociais. Entre 2009 e 2013, por exemplo, os outros rendimentos contribuíram com 73% da queda da pobreza. Finalmente, no meio urbano, observa-se uma grande importância desses outros rendimentos no período de 2001 a 2005 (27%).

Em síntese, a adoção de uma linha diferenciada entre as regiões do país mostrou-se fundamental para captar as especificidades da pobreza nas metrópoles. Se, por um lado, os pobres das regiões metropolitanas possuem, em geral, maior acesso a bens e serviços públicos – como educação, saúde, saneamento básico, etc. – por outro, a manutenção de um padrão básico de consumo depende de um nível de renda mais elevado. Partindo de uma linha de pobreza diferenciada entre as regiões, o que se observa é que a pobreza caiu menos nas RMs entre 2001 a 2009 do que nos meios rurais e urbanos. No período de 2009 a 2013, o desempenho nessas áreas foi superior, mas isso não foi o suficiente para impedir que a proporção de pobres nas regiões metropolitanas superasse a observada nos meios rural e urbano em 2013. Parece, portanto, que existe no Brasil um processo de metropolização da pobreza, ainda que não muito acelerado, apontando a necessidade de políticas públicas específicas para essas áreas.

As decomposições dos determinantes apontam para conclusões importantes para explicar a menor queda da pobreza nas áreas metropolitanas. Por um lado, a redistribuição de renda perde poder explicativo ao longo do tempo e, no período como um todo, o crescimento econômico foi o principal determinante da queda da pobreza. Por outro lado, a decomposição por fontes de renda evidencia a menor eficácia dos programas de transferência e uma maior dependência dessas áreas em relação à evolução da taxa de

ocupação. Diante de uma perspectiva de baixo crescimento e de aumento do desemprego nos próximos anos, portanto, as regiões metropolitanas tendem a se prejudicar ainda mais, uma vez que os programas sociais, fundamentais para assegurar a estabilidade da renda em tempos de crise, parecem menos eficazes no atendimento das necessidades dos que ali residem. Mudar essa perspectiva é possível e requer um esforço de políticas públicas mais eficazes no sentido de melhorar as condições para o acesso a mais e melhores oportunidades de trabalho e de renda para os mais pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, J. P. *et al.* Is labor income Responsible for poverty reduction? A decomposition approach. **World Bank, Policy Research Working Paper**, nº 6414. Abr., 2013.
- BARRETO, F. A.; FRANÇA, J. M.; OLIVEIRA, V.H. **O que mais importa no combate a pobreza, crescimento da renda ou redução da desigualdade?** Evidências para as regiões brasileiras. Fortaleza, CE: UFC/CAEN/LEP, 2008. (Ensaio sobre pobreza, 16).
- BARROS *et al.* Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade no Brasil. In: CASTRO, J. A., VAZ, F. M. (orgs.) **Situação social brasileira: monitoramento das condições de vida 1**. IPEA. 2011.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; TSUKADA, R. Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil. **Chamada para Debate, Texto para Discussão, Secretaria de Assuntos Estratégicos**. Ago. 2011(b).
- BELLIDO, N. P. *et al.* The measurement and analysis of poverty and inequality: an application to Spanish conurbations. **International Statistical Review**, v. 66, nº 1. Abr, 1998.
- BRASIL. **Decreto nº 7.492**, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jun. 2013.
- CARNEIRO, D. M., BAGOLIN, I. P., TAI, S. H. T. Determinantes da pobreza nas regiões metropolitanas do Brasil no período de 1995 a 2009. **Anais do XVI Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC SUL 2013**. Curitiba: junho, 2013.
- HELFAND, S. M., ROCHA, R., VINHAIS, H. E. F. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil rural: uma análise da queda recente. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 39, nº 1. Abr., 2009
- MEYER, B. D., SULLIVAN, J. X. Identifying the disadvantaged: official poverty, consumption poverty, and the new supplemental poverty measure. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 26, nº 3. 2012.
- RAVALLION, M., CHEN, S., SANGRAULA, P. New evidence on the urbanization of global poverty. **Population and Development Review**, v. 33, nº. 4. Dez. 2007.
- RAVALLION, M., DATT, G. Growth and redistribution components of changes in poverty measures: a decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s. **World Bank, LSMS Working Paper**, nº 83. 1991.
- ROCHA, S. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, nº 2. Ago., 1997.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). **Estudos e pesquisa**, nº 42. XXV Fórum Nacional (Jubileu de Prata – 1988/2013) O Brasil de Amanhã. Transformar Crise em Oportunidade. Mai., 2013.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SOARES, S. S. D. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. **IPEA, Texto para Discussão**, nº 1381. Fev., 2009.

ANEXO A: LINHAS DE POBREZA

ANEXO A1 – Linha de pobreza do governo (R\$ 140,00 em junho de 2011)

Ano	Linha
2001	72,74
2005	104,20
2009	125,73
2013	157,58

ANEXO A2 - Linha de pobreza por consumo (Sônia Rocha)

Regiões e Estratos	2001	2005	2009	2013
Norte				
Belém	103,65	151,37	190,36	241,52
Urbano	90,35	131,95	165,93	210,53
Rural	-	66,19	83,24	105,61
Nordeste				
RM Fortaleza	100,60	146,61	177,73	229,25
RM Recife	146,12	212,02	264,81	336,09
RM Salvador	132,95	187,58	235,67	296,09
Urbano	89,30	128,47	159,52	202,61
Rural	53,86	77,49	96,22	122,21
Minas G./Esp.S.				
RM Belo Horizonte	126,10	186,35	231,92	294,41
Urbano	84,78	125,29	155,92	197,93
Rural	50,19	74,17	92,30	117,17
Rio de Janeiro				
Metrópole	150,80	218,44	265,65	338,04
Urbano	93,82	135,91	165,29	210,33
Rural	68,49	99,21	120,66	153,54
São Paulo				
Metrópole	188,04	261,60	316,39	398,04
Urbano	120,16	167,16	202,17	254,35
Rural	75,59	105,16	127,19	160,01
Sul				
RM Curitiba	124,13	173,59	205,34	264,22
RM P.Alegre	96,20	138,38	168,51	209,53
Urbano	82,73	117,15	140,38	177,89
Rural	55,78	78,98	94,64	119,93
Centro-Oeste				

Brasília	171,44	251,57	308,12	384,64
Goiânia	159,64	234,81	289,07	357,13
Urbano	121,55	178,79	220,10	271,92
Rural	69,81	102,68	126,41	156,17

ANEXO A3 – Linha de pobreza relativa (60% da linha mediana)

Ano	Situação do domicílio	Linha com Norte rural	Linha sem Norte rural
2001	Rural	-	42,00
2001	Urbano	-	93,60
2001	RMs	-	121,20
2005	Rural	73,05	73,71
2005	Urbano	150,00	150,00
2005	RMs	180,00	181,20
2009	Rural	120,75	123,75
2009	Urbano	235,80	235,80
2009	RMs	279,00	279,00
2013	Rural	192,60	203,40
2013	Urbano	366,72	366,72
2013	RMs	420,00	420,00

ANEXO B: NÚMERO E PROPORÇÃO DE POBRES, COM NORTE RURAL: 2005 – 2013

ANEXO B1 - Número e proporção de pobres segundo localização do domicílio (com Norte Rural): 2005 – 2013

Indicador	Linha de pobreza do governo (\$ 140 em jun. 2011)				Linha de pobreza por consumo (Sônia Rocha)				Linha de pobreza relativa (60% da mediana)			
	Rural	Urbano	RMs	Total	Rural	Urbano	RMs	Total	Rural	Urbano	RMs	Total
Painel A: 2005												
Nº de pobres	13.132.690	17.512.187	7.370.191	38.015.068	9.185.380	25.772.532	18.722.877	53.680.789	8.345.641	27.411.763	15.610.419	51.367.823
Nº de não pobres	17.008.008	78.663.134	47.952.247	143.623.389	20.955.318	70.402.789	36.599.561	127.957.668	21.795.057	68.763.558	39.712.019	130.270.634
pobres / população (%)	43,6	18,2	13,3	20,9	30,5	26,8	33,8	29,6	27,7	28,5	28,2	28,3
Variação % de pobres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Painel B: 2009												
Nº de pobres	8.870.958	11.462.183	4.513.415	24.846.556	5.990.138	18.718.911	14.233.617	38.942.666	8.468.523	29.947.779	15.916.237	54.332.539
Nº de não pobres	20.383.837	90.139.452	51.762.860	162.286.149	23.264.657	82.882.724	42.042.658	148.190.039	20.786.272	71.653.856	40.360.038	132.800.166
pobres / população (%)	30,3	11,3	8,0	13,3	20,5	18,4	25,3	20,8	28,9	29,5	28,3	29,0
Variação % de pobres	-30,4	-38,0	-39,8	-36,6	-32,8	-31,2	-25,3	-29,6	4,5	3,4	0,2	2,7
Painel C: 2013												
Nº de pobres	6.617.951	7.542.815	2.723.269	16.884.035	4.720.883	13.163.180	9.811.614	27.695.677	8.559.990	30.325.695	15.091.045	53.976.730
Nº de não pobres	21.977.566	97.149.969	54.166.156	173.293.691	23.874.634	91.529.604	47.077.811	162.482.049	20.035.527	74.367.089	41.798.380	136.200.996
pobres / população (%)	23,1	7,2	4,8	8,9	16,5	12,6	17,2	14,6	29,9	29,0	26,5	28,4
Variação % de pobres	-23,7	-36,1	-40,3	-33,1	-19,4	-31,8	-31,8	-30,0	3,4	-1,7	-6,2	-2,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) - 2001, 2005, 2009 e 2013.